



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681290 - SP (2021/0225955-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ENIO ARANTES RANGEL
ADVOGADO : ÊNIO ARANTES RANGEL - SP158229
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME GIACOMINI DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUILHERME GIACOMINI DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos autos da apelação 0000216-82.2015.8.26.0600.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática dos crimes descritos nos art. 33, *caput*, (por 02 vezes), c/c o artigo 35, ambos da Lei 11343/06, na forma do artigo 69, do Código Penal, a uma pena de 13 anos de reclusão em regime inicial fechado.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, que negou provimento à apelação da defesa e deu provimento à apelação do Ministério Público, majorando a pena imposta em decisão de primeiro grau.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 14):

Apelação Criminal - Tráfico de drogas (por duas vezes) e associação para o tráfico - Sentença condenatória pelo artigo 33, *caput*, c.c. §4º: (por uma vez) da Lei n. 11.343/06, e artigo 28, *caput*, da mesma Lei, e absolutória quanto à imputação do artigo 35 da referida Lei - *Recurso Ministerial* para condenar o réu nos termos da denúncia, com afastamento da causa de diminuição do artigo 33, §4º, da Lei de Drogas - *Recurso Defensivo* buscando absolvição, por insuficiência probatória; concessão de regime inicial mais brando, detração, afastamento do caráter hediondo do tráfico dito 'privilegiado', substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, afastamento da perda do veículo e a exclusão da pena de multa.

Materialidade e autoria comprovadas - Depoimentos de policiais, seguros e coesos, acerca das investigações que culminaram na prisão do acusado. Denúncias anônimas de que o réu realizava tráfico de

entorpecentes, que geraram a abordagem, aos 01.11.2015, na qual foram localizados dois celulares utilizados pelo acusado para se comunicar com usuários de drogas. Identificação dos números dos usuários, os quais confirmaram que adquiriram cocaína do réu. Policiais que tiveram ciência da forma de agir do denunciado, que sempre carregava consigo apenas pequenas porções de droga e as negociava por meio de mensagens enviadas por seus aparelhos celulares. Policiais que fizeram campana nas proximidades da casa do réu, e o abordaram após ele sair da casa, com seu carro. Revista pessoal no réu: na qual encontraram 1,41 gramas de cocaína, pronta para a comercialização, escondida entre o encaixe de sua prótese e sua coxa esquerda. Réu que obtivera liberdade provisória, e continuou exercendo regularmente a traficância. Prisão, aos 18.02.2016 de Cícero Mortari, vulgo Xixa, que confirmou que vendia drogas (crack; cocaína e maconha) para o réu e se utilizava de adolescentes, entre eles, Leonardo H. R. dos S. e João V. R. de S., para vender drogas. Policiais que, aos 08.06.2016, após receberem denúncia anônima, dirigiram-se até a frente da casa do réu e presenciaram o momento em que ele entregou um objeto a Sérgio Lima de Vasconcelos, e, em seguida, entrou na residência. Abordado Sérgio Lima de Vasconcelos, com ele encontraram um invólucro plástico contendo 1.28 gramas de cocaína, tendo ele admitido que havia acabado de comprar a droga do réu Guilherme. Crimes de tráfico de entorpecentes bem configurados em ambas as situações — Alegação de tratar-se de mero usuário não elide a traficância — Ação de traficância comprovada — De rigor a condenação pelo delito de tráfico.

Delito de associação para o tráfico configurado — Bem configurada a estabilidade e permanência da associação entre o acusado e os traficantes Cícero Mortari, Wellington Matheus e outros adolescentes.

Dosimetria – Penas-base mantidas no mínimo legal — Inaplicabilidade do redutor de pena. em face da dedicação do réu às práticas delitivas — Redutor de pena que não retira o caráter hediondo do delito descrito no art. 33 da Lei de Tóxicos — Preservação do regime inicial fechado - Inteligência do art. 33, § 2o, alínea a, e § 3o. do Código Penal - Inaplicabilidade. à espécie, do art. 387, § 2C, do Código de Processo Penal - Inviabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito - Vedação legal - Não preenchimento dos requisitos — Recurso defensivo improvido _ Recurso Ministerial provido, com reflexos na pena. Expedição de mandado de prisão, após decurso do prazo para eventual interposição de embargos.

Alega, em síntese, que não ficou demonstrada a associação criminosa, uma vez que não se provou a estabilidade e a permanência para o devido fim, tratando-se portanto, de uma associação eventual, a qual não configura crime. Pugna ainda, pela aplicação do redutor de pena descrito no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que aguarde em prisão domiciliar, monitorado eletronicamente e seja o paciente absolvido da acusação do crime descrito no art. 35 da Lei 11.343/06, bem como a aplicação do redutor de pena descrito no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06, em grau máximo e aplicação do regime inicial aberto para o cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente